



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53

A décima nona reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da FEE, rua Duque de Caxias, número hum mil, setecentos e noventa e um, centro, Porto Alegre – RS, às quatorze horas, no dia quatro de setembro do ano de dois mil e doze. **Compareceram** os conselheiros: Helio Corbellini, Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA – presidência; Paulo Paim, SOP – vice-presidência – representante; Gilson Schlindwein – SEAPA – representante; Joel Lubianca – Secretaria dos Transportes – SEINFRA – representante; Margarete Vasata – SEPLAG – representante; Marco A. Franceschi – SEDAI – SDPI - representante; Alberto Rossi – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCIT – representante; Luciane Sant’Anna Peralta – Casa Civil – representante; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular; Ivo Mello, Comitê Ibicuí - suplente; Daniel Schmitz, Comitê Taquari – Antas – titular; Paulo R. da Silva, Comitê Gravataí – suplente. **Ausentes:** SEMC. **Ausência Justificada:** Sistema Nacional de Meio Ambiente – IBAMA; Sistema Nacional de Recursos Hídricos; Secretaria da Saúde; Comitê Lago Guaíba; Comitê Caí e Comitê Turvo. **Demais** participantes: Leda Famer, Comitê Tramandaí; Verushka Xavier, Comitê Pardo; Julio Salecker, Taquari-Antas; Roberto Carvalho, Comitê Santa Maria; Guilherme Barbosa, SEHABS; Carlos Gabriel dos Santos e Eduardo Freitas, SDR; Henrique Kotzian, ECOPLAN; Mario Rangel, Comitê Gravataí; Heloisa Fiori, DRH/SEMA; Maurício Colombo, Comitê Gravataí, Patrícia Moreira Cardoso, CRH, Carmem Lúcia Silva e Margarete Willers Bremm, Secretaria Executiva do CRH/RS. **Presidente Helio Corbellini:** boa tarde a todos, nossa reunião tem pauta única, que é o plano de aplicação dos recursos do fundo de investimentos, que o Diretor me informa que ainda não tem cópia pra todo mundo, mas estão chegando da Secretaria, mas podemos começar se os conselheiros aceitarem, já demonstrando e as explicações e a perguntas o Marco vai dar. **Diretor Marco:** boa tarde a todos. Tivemos uma reunião extraordinária da Câmara Técnica pela manhã, onde se buscou pegar os planos de investimento das quatro secretarias envolvidas no fundo e estamos aqui apresentando uma síntese para os conselheiros avaliarem e já estão vindo cópias desse material em papel para os conselheiros levarem. A parte da distribuição que a SEPLAG colocou como teto esse ano foi R\$ 48.600.000,00 e ficou com essa distribuição “a priori”: SEMA: R\$ 16.765.000,00 - 34,5%, SOP: R\$ 21.000.000,00 – 43,21%, SEHABS: R\$ 6.335.000,00 - 13%, SDR: R\$ 4.500.000,00 – 9,26%. Essa é a distribuição aproximada dos recursos desse ano, conforme foi trabalhado com a Secretaria do Planejamento e com as Secretarias participantes da composição. Aqui está a parte da SEMA que tínhamos apresentado como proposta, pro orçamento de 2013 envolve a conclusão de quatro planos de bacia, que iriam começar a sua fase C esse ano, que é o Sinos, Lago Guaíba, Caí e Tramandaí. Também o início da fase C desses outros planos para o ano que vem isso em termos de continuações de planos já em andamento e o início de oito planos que começam esse ano e teriam dois anos de concepção, então teria mais 2013, 2014, e 2015 seria esses valores aí. Temos esses projetos aqui que envolvem convênios com universidades. Temos o convênio com a Universidade Federal de Lavras/MG, trata do desenvolvimento de um sistema de apoio e decisão de outorga. Recursos para convênios de manutenção, sobre isso nós temos um informe pra dar, de um parecer que a Contadoria e Auditoria Geral do Estado nos passou semana passada. Manutenção da rede de Monitoramento. Nós estamos comprando esse ano cinquenta estações e pro ano que vem tem mais trinta estações previstas pra compra. Então nós estamos orçando um valor pra fazer a manutenção dessa rede. O Convênio do Centro de Geologia Costeira da UFRGS, pra fazer o estudo hidrossedimentológico do Lago Guaíba, pro zoneamento ecológico-econômico. A parte da cartografia, da restituição cartográfica, nós conseguimos as imagens de satélite por doação do Ministério do Meio Ambiente de todo o Rio Grande do Sul. A partir da doação dessas imagens nós vamos iniciar esse ano, os termos de referência já estão prontos, estamos abrindo os processos de licitação, pra que uma empresa faça a restituição cartográfica e nós tenhamos uma base na escala 1:25.000, até o final do ano que vem. Esse convênio da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 Agência Nacional de Águas, do Plano Nacional de Qualidade da Água, ele envolve 294  
55 pontos de coleta para análise da água e nós alocamos o recurso, porque a ANA ainda não  
56 disse quanto de recurso vai alocar nesse processo. Nós fizemos uma oficina com eles em  
57 março, na qual pela estimativa que eles fizeram do custo de cada ponto de coleta, mais a  
58 parte de logística de transporte e laboratório, dava um custo aproximado de R\$ 700,00 a R\$  
59 800,00 por ponto de coleta. Como se pretendiam fazer quatro campanhas a mais, uma  
60 bimestral em cada um desses 294 pontos, daria em torno de R\$ 200.000,00 por campanha.  
61 Então, nós alocamos recursos para garantir, porque existem bacias onde isso é uma  
62 pendência a ser trabalhada com urgência, como é o caso da Bacia do Turvo e das bacias da  
63 região metropolitana. A previsão da ANA pra que a gente integre o Plano Nacional de  
64 Qualidade da Água é que se tenha uma estação, um ponto de coleta desse pra cada  
65 1.000Km<sup>2</sup>. Como o Rio Grande do Sul tem 281.000Km<sup>2</sup>, daria mais ou menos essa conta aí.  
66 Esse convênio com a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, CPRM é um convênio  
67 guarda-chuva, onde nós vamos encomendar um estudo de disponibilidade de água  
68 subterrânea e eles iriam fazer a instalação dessas estações de monitoramento também, em  
69 conjunto com a ANA que está participando também dessa discussão. Também a pedido do  
70 Fórum Gaúcho, nós estaríamos reservando um recurso para o Encontro Nacional de  
71 Comitês de Bacia. Vai haver um encontro nacional este ano em Cuiabá em novembro, onde  
72 o Rio Grande do Sul vai apresentar sua candidatura, se for aprovado nós teríamos um  
73 recurso aí e podemos ver outras fontes também pra poder promover essas atividades no  
74 final do ano que vem aqui no Estado. Nossa ideia é também fazer a aquisição de mais trinta  
75 estações de monitoramento; estamos em contato com a ANA, eles tem um padrão que é  
76 utilizado no país inteiro pra estações de monitoramento telemétrica e a ideia é usar com  
77 recurso de 2012 a compra de cinquenta estações e no ano que vem a gente possa comprar  
78 mais trinta, pra poder dotar o sistema de monitoramento e alerta de desastres de estações  
79 pra fazer um monitoramento desse tipo de atividade e também nas bacias com conflito de  
80 uso e com necessidade de monitoramento que a gente possa também dispor desse tipo de  
81 equipamento. Então, da SEMA é essa parte e agora vou apresentar o que a SOP nos  
82 apresentou e Paim, se tiver alguma incorreção, me ajude. São essencialmente esses  
83 projetos, o valor total deu R\$ 21.000.000,00. A SOP também apresentou um pedido de  
84 suplementação, que vai ser apresentado mais tarde. A CTPA hoje avaliou de apresentar  
85 essa parte, a suplementação ficaria pra depois, porque uma boa parte desses projetos são  
86 contrapartidas de recursos da União, tem o Plano Diretor de Reservação de Água para Usos  
87 Múltiplos, Barragens, Canais de distribuição de água, Construção de micro-açudes e  
88 capacitação, Infraestrutura para acumulação de água de grande porte, Desassoreamento e  
89 obras de macrodrenagem nos municípios do Estado, Barragens e canais de distribuição de  
90 água, Diques de contenção de água e compensações ambientais, Sistema de distribuição,  
91 abastecimento, Controle do consumo de águas em zonas rurais, Canal de distribuição da  
92 barragem Taquarembó, Canal de distribuição da barragem Jaguari e Barragem do Rio São  
93 Sepé. Aí estão os valores alocados pra cada um desses projetos. Na planilha que a SOP  
94 enviou tinha uma proposta de desembolsos trimestrais, cada um deles com uma proposta  
95 de desembolso. Nós temos aqui, se vocês acharem que é importante podemos apresentar  
96 para o conselho. **Conselheiro Paim:** não há necessidade, isso foi uma solicitação e é por  
97 coerência. A informação que vem ao conselho é rigorosamente a mesma que vai a SEPLAG  
98 e é importante do ponto de vista formal, que fique registrado que é preciso sim, a  
99 suplementação. A SEPLAG sabe, mas é importante que o conselho chancelé. **Leda Famer,**  
100 **Comitê Tramandai:** (inaudível)...**Conselheiro Paim:** Tem basicamente ações que são  
101 decorrência do Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água no Rio  
102 Grande do Sul, parece uma tese, mas é assim mesmo o nome. O Plano é totalmente  
103 financiado pelo Governo Federal, pelo Ministério, o processo de licitação está lá, muito  
104 provavelmente nós vamos ser indicados pra fazer parte inclusive da comissão de licitação e  
105 muito provavelmente, em torno de uns vinte dias, a Secretaria vai chamar todos atores  
106 envolvidos com isso, porque a lei é clara: a coordenação é da Secretaria, ela trabalha



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 transversal, sim. As outras são contrapartidas dos projetos, dos investimentos do Governo,  
108 são as grandes barragens e o terceiro bloco, são ações mais pontuais, mas que decorrem  
109 desse trabalho coletivo que ocorre no Palácio Piratini de controle de estiagem. **Diretor**  
110 **Marco**: a proposta seguinte é da SEHABS no valor total de R\$ 6.335.000,00. Tem o sistema  
111 de informações gerenciais de saneamento, vinculado a PROCERGS, Saneamento básico  
112 para pequenas comunidades, Planos municipais de saneamento, Plano estadual de  
113 saneamento, Perfuração de poços-materiais, perfuração de poços-ressarcimento da Corsan.  
114 Se o Sr Guilherme Barbosa quiser fazer algum comentário, por favor. **Guilherme Barbosa**:  
115 boa tarde, Secretário, Marco e demais conselheiros. Na verdade eu tenho dito lá na  
116 secretaria que eu ando com um problema psiquiátrico, vou ter que ir atrás de um psiquiatra,  
117 porque eu vejo na minha frente uma tesoura deste tamanho, querendo cortar o meu  
118 pescoço. Nós tínhamos inicialmente apresentado um orçamento pra fazer de R\$  
119 18.000.000,00, mas enfim resultou nesse um 1/3, mas que tem essas aplicações  
120 importantes. Na primeira linha nós estamos já estruturando pra funcionar ao final do ano e  
121 dar sequência ao segundo módulo que é uma determinação da lei de saneamento, a 12.037  
122 de 2003, que nós tenhamos no Rio Grande do Sul um sistema gerencial de saneamento.  
123 Então isto está em ótimo andamento, junto com a PROCERGS, no final do ano ele começa  
124 a funcionar e no ano que vem mais um módulo. Então R\$ 200.000,00 pro ano que vem. Na  
125 segunda linha, nós chamamos de saneamento básico para pequenas comunidades, que são  
126 as redes de água, as redes de esgoto, alguma coisa de drenagem aparece também, pras  
127 chamadas pequenas comunidades também, quase todas elas na área rural dos municípios.  
128 Nós estamos vendo que possivelmente, estou com o coração muito apertado, porque nós  
129 vamos emendar uma estiagem na outra, porque pelo que a gente está vivendo e portanto  
130 nós vamos precisar. Por isso tínhamos colocado o dobro, ao invés de R\$ 1.500.000,00,  
131 eram R\$ 3.000.000,00 inicialmente, porque vai ser muito necessário juntar a perfuração de  
132 poços com esse lançamento de redes. Então é R\$ 1.500.000,00. Os planos municipais que  
133 têm uma data definida pela lei nacional, federal do saneamento, a 11.445, de que quem não  
134 tiver plano municipal de saneamento em 2014, não recebe mais dinheiro do Governo  
135 Federal para saneamento. No ano passado, este conselho de uma forma muito gratificante  
136 pra nós, aprovou uma suplementação de R\$ 6.000.000,00 pra nossa secretaria, sendo R\$  
137 1.500.000,00 pra começar o plano estadual de saneamento e R\$ 4.500.000,00 para os  
138 planos municipais de saneamento. Nós trabalhamos forte, conseguimos preparar convênios  
139 com mais de 220 municípios que chegava a R\$ 4.300.000,00. E quando na véspera de  
140 assinar os convênios, lá veio a ordem da Fazenda de que só tinha R\$ 1.100.000,00. Então  
141 aqueles R\$ 4.500.000,00 aprovados por este conselho, para os planos municipais de  
142 saneamento, nós só conseguimos usar R\$ 1.100.000,00. Foi uma frustração completa e a  
143 informação é de que esse dinheiro não existe. **Presidente Helio Corbellini**: mas e o que  
144 você vai fazer? **Guilherme Barbosa**: esse ano vamos deixar passar as eleições e devemos  
145 fechar em R\$ 2.000.000,00 e com esse R\$ 1.500.000,00 ainda falta, mas a gente vai  
146 avançar um pouco mais. Mas de qualquer maneira, nós já podíamos ter feito, no ano  
147 passado o convênio com mais de 200 municípios, significa dizer, 40% dos municípios  
148 do Estado. **Presidente Hélio Corbellini**: esse é um valor que estava no outro, eu me lembro  
149 e não foi liberado. **Guilherme Barbosa**: isso, segundo informações esse dinheiro não  
150 existe, não tem R\$ 4.500.000,00, só R\$ 1.100.000,00. Eu já conversei com o Paim como é  
151 que isso acontece, se tinha dinheiro no fundo, se foi aprovado, estava tudo regulamentado  
152 do ponto de vista administrativo lá, no nosso orçamento, de repente no final do ano sumiu o  
153 dinheiro. Então estamos colocando mais R\$ 1.500.000,00, estamos incluindo numa  
154 conversação pra junto com a FAMURS e CORSAN, nós além de fazer esses convênios,  
155 repassando recursos para as prefeituras, nós também vamos na estrutura da FAMURS dar  
156 cursos de qualificação, de aprimoramento dos servidores das prefeituras para a preparação  
157 dos planos. Por último, aqui nas duas últimas linhas tem a ver com todo trabalho de  
158 perfuração de poços, no ano passado furamos 162, nesse ano no primeiro semestre já  
159 furamos mais de 90, vamos fazer mais que no ano passado. Mas ainda tem dívida com a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 CORSAN, porque as máquinas perfuratrizes e o pessoal é da CORSAN, portanto o Estado  
161 tem que ressarcir e esse dinheiro não cobre, é só uma parcela. De novo a empresa estadual  
162 vai sair prejudicada, ela precisava bem mais de recuperar a dívida que tem, com o  
163 pagamento desse e do ano que vem. Mas enfim, se é possível isso é esse o enquadramento  
164 que estamos também trazendo aqui, também junto com vocês. **Diretor Marco:** só pra dar  
165 um informe, não sei se os conselheiros estão apropriados do tema, já que o companheiro  
166 Guilherme colocou originalmente a soma das solicitações das quatro secretarias  
167 ultrapassava R\$ 90.000.000,00. Então foi colocado esse teto limite de R\$ 48.600.000,00 e a  
168 partir disso foram feitas as reduções nas propostas originais de cada secretaria. Por último  
169 tem a da SDR que tem um valor alocado de R\$ 4.500.000,00 e os companheiros da  
170 secretaria vieram aqui apresentar qual é a proposta de utilização desse recurso. Também no  
171 caso deles, eles tinham solicitado R\$ 20.000.000,00 e estão recebendo R\$ 4.500.000,00.  
172 **Carlos Gabriel dos Santos, SDR:** boa tarde a todos do conselho, sou representante do  
173 Departamento de Infraestrutura Rural, Irrigação e Usos Múltiplos da Água da SDR. Vou  
174 fazer um breve resumo do que trata o nosso departamento, que são os projetos do  
175 Programa Irrigando Agricultura Familiar. Temos aqui os convênios feitos em 2011, que foi  
176 repasse a 26 municípios no valor de R\$ 895.000,00. Os convênios assinados em  
177 03.07.2012, foram 19 municípios, R\$ 1.200.000,00 e hoje nós temos no departamento  
178 cadastrados 1.094 projetos, de mais de 200 municípios, no valor de R\$ 8.000.000,00. Essa  
179 proposta de 2.000 projetos no ano agrícola de 2013, ela quer envolver novamente 200  
180 municípios e determinamos de acordo com os projetos que já fizemos em 2011, estamos  
181 fazendo em 2012, num valor médio por projeto de R\$ 8.000,00, a cada beneficiário. O  
182 município tem a condição de cadastrar 20 a 15 beneficiários, tanto para sistemas de  
183 irrigação, micro açudes e cisternas. A meta inicial da nossa secretaria é construir 5.000  
184 projetos até 2014, por isso que está a 2.000 projetos no ano de 2013, além de 200 poços  
185 artesianos. Também foi determinado que para fazer uma perfuração ou a limpeza de um  
186 poço artesiano, o custo dele está em torno de R\$ 20.000,00 para o departamento, então é  
187 uma demanda de mais R\$ 4.000.000,00, somando o total dos R\$ 20.000.000,00 que é a  
188 previsão que teríamos para o ano agrícola de 2013, dentro do orçamento. Essa seria a  
189 demanda. Temos essa tabela da distribuição que está sendo feita em 2012; até início de  
190 agosto tínhamos 1.256 projetos e R\$ 9.000.000,00 de necessidades para a distribuição aos  
191 beneficiários, na grande maioria dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.  
192 **Presidente Helio Corbellini:** eu vi que tem projeto de 200 poços, e os outros 2.000  
193 projetos, o que é? **Carlos Gabriel dos Santos:** 2.000 projetos são de micro açudes,  
194 cisternas e sistemas de irrigação. **Presidente Helio Corbellini:** por quê não veio detalhado?  
195 **Carlos Gabriel dos Santos:** não veio detalhado porque usamos o projeto, sendo que um  
196 projeto pode ser ou sistema de irrigação, ou micro açude, ou cisterna, no entendimento da  
197 secretaria. **Presidente Helio Corbellini:** então eu peço que vocês encaminhem, já que está  
198 sendo discutido isso na CTPA, encaminhar o que são esse projetos, se é cisterna, se é  
199 açude, quantos são, aonde e tal. **Carlos Gabriel dos Santos:** aqui tem toda essa  
200 distribuição: o que é micro açude, sistema de irrigação, usos múltiplos e cisternas; isso que  
201 nós temos é dos que estamos operando em 2012, pra 2013 tem que ser feita uma divisão  
202 nas dezessete coordenadorias regionais da SDR. Essa divisão vai ser feita pra final de  
203 setembro, outubro. **Presidente Helio Corbellini:** mas mesmo assim, peço que nos mandem  
204 um documento com os projetos e os respectivos valores dos municípios. **Diretor Marco**  
205 **Mendonça:** basicamente são essas as propostas das secretarias e estamos aqui a  
206 disposição para qualquer esclarecimento. **Conselheiro Paulo Samuel:** boa tarde,  
207 secretário, boa tarde diretor e colegas conselheiros, colegas presidentes de comitês. Em  
208 primeiro lugar a gente fica constrangido por não ter esse material, eu consegui esse material  
209 através da professora Teresinha, que faz parte da CTPA, eram onze e trinta da manhã.  
210 Portanto eu consegui fazer uma prévia análise desse material até meio dia e trinta e eu  
211 gostaria de alguns esclarecimentos de todas as secretarias que apresentaram documentos,  
212 depois também da Secretaria de Pesca. Vou começar pelo meu amigo, professor, colega,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 Diretor de saneamento da SEHABS. No ano passado ou retrasado, não estou lembrado, nós  
214 cobramos, passou por este conselho a liberação de recursos para os municípios. Nós  
215 cobramos deste conselho que os municípios, na hora o senhor não era secretário, por isso  
216 vou buscar essa cobrança. Era liberado para os municípios recursos do fundo, então nós  
217 gostaríamos, na época fizemos nova solicitação que esses recursos viessem nominados por  
218 municípios. Muito fácil vir aqui pedir recurso, a gente aprova o recurso e aí não se tem ou  
219 não se sabe aonde vão esses recursos. Bom, no caso o Guilherme solicitou pros planos de  
220 saneamento e a gente dizia que a FUNASA também tem recursos pros planos de  
221 saneamento, a gente discutia lá. Então o coordenador Gustavo Melo, lá tem bastante  
222 recursos sobre o plano de saneamento, está louco pra gastar os recursos, secretário, e não  
223 tem projetos lá. Então, a gente vê aqui que tem perfuração de poços-ressarcimento da  
224 Corsan. Ao nosso ver a Corsan é usuária e usuário não deve ser ressarcido. Então a Corsan  
225 vai cobrar água e vai ser cobrada da população. Eu não sei se eu não estou entendendo ou,  
226 melhor esclarecimento, porque ao meu ver a Corsan é órgão de saneamento, a sua missão  
227 é abastecer a população, então abastecer através das águas superficiais ou das águas  
228 subterrâneas. Então ao nosso ver esse recurso, ele não é, não se faz pra esse objeto aí,  
229 talvez esse R\$ 1.300.000,00 possa ir lá nos planos de saneamento, acho que estaria melhor  
230 aplicado. A gente vê a questão dos poços, a SEHABS perfurando poço, a Secretaria de  
231 Irrigação perfurando poço, a Secretaria de Pesca perfurando poço e aí a gente cobra da  
232 FEPAM que tem que fazer a fiscalização da perfuração dos poços, ou da SEMA?. E aí  
233 como é que fica gente? Como é que fica essa miscelânea toda, se a gente não tem um  
234 órgão de controle de saber quem fura, ou quem perfura e se faz essa perfuração de um jeito  
235 conforme as técnicas. Então solicito, não ao presidente do CRH, ao secretário do Meio  
236 Ambiente que levante essa bandeira de nós padronizarmos esse grande problema que  
237 temos aqui, senão daqui a pouco nosso lençol lá, o Guarani vai estar todo já contaminado.  
238 Bom eu tenho, Paim, a questão lá do canal, da distribuição da Barragem Jaguari, eu queria  
239 um esclarecimento sobre isso, a execução, operação e gerenciamento. Na execução  
240 perfeitamente, eu entendo os projetos, mas gerenciamento de um canal, que ao meu ver  
241 deve fazer parte da operação toda e essa operação eu acho que o fundo não deve financiar,  
242 que são, ou os usuários, ou alguém assim. Sobre o Encontro Nacional de Comitês de Bacia  
243 e aí, foi falha nossa, eu acho que a gente também cobra e tem que assumir os erros. A  
244 gente esqueceu, Marco, de passar e conversar com vocês sobre o Encontro Estadual de  
245 Comitês e aí a gente propõe que seja em torno de 20% desse valor, dos R\$ 380.000,00.  
246 Não sei se é o momento, mas talvez a gente, o encontro estadual que nós não sinalizamos,  
247 foi um erro nosso dos comitês, então talvez a gente tem que olhar, vislumbrar da onde a  
248 gente pode fazer essa engenharia financeira aí. **Presidente Helio Corbellini:** eu queria  
249 solicitar esse encaminhamento da discussão; vamos primeiro ouvir as questões, as  
250 perguntas e depois respondê-las, acho que vai mais rápido assim. **Leda Famer:** eu queria  
251 referendar, dizer assim, que na verdade me causa um pouco de surpresa, que as definições  
252 em termos de competência das secretarias tem duplicidade, na questão de poços  
253 artesianos, por exemplo. A gente sabe, o Paulo já colocou, que a gente tem que contar com  
254 a recarga dos aquíferos. E eu fico muito preocupada quando a gente começa a perfurar  
255 poço, poço, poço. Na verdade, a gente ainda não tem dados, nem muitas vezes das bacias,  
256 nos estamos aí construindo nossos planos de bacia e estão aumentando a demanda hídrica  
257 em questão de poços artesianos. Não que a gente seja contrário, mas a gente tem que  
258 saber exatamente pra que município, que vazão é, e aonde que vai estar sendo localizado  
259 esse empreendimento. Eu acho que é esse pelo menos o cuidado, a prevenção que a gente  
260 tem que ter, porque muitas vezes a gente está perfurando de um lado e tirando a água do  
261 outro lado, pelo meio subterrâneo. Então é uma das condições que eu fiquei muito  
262 preocupada quando eu vi três secretarias perfurando poço e ainda tem os municípios que  
263 vão lá e perfuram também com dinheirinho que não aparece do fundo, que aparece do  
264 orçamento do Estado, ou de outro lado. Então está sendo uma indústria de perfuração de  
265 poço; isso é muito preocupante pra nós em termos de gestão de água subterrânea, eu me



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 preocupo demais com isso. Falaste no Aquífero Guarani, que é um aquífero interestadual e  
267 nós temos também um compromisso com esse aquífero, porque é um potencial muito  
268 grande de reserva aquífera. Outra questão, é que eu fico meio constrangida quando venho  
269 aqui pra uma reunião extraordinária, convocada pelos comitês, embora eu seja suplente, o  
270 Renato me deu a palavra, é que nós não tenhamos isto anterior. A gente não teve análise  
271 desse fato pelo menos com um dia de antecedência, que havia sido combinado que na  
272 convocação seria encaminhado a proposta. Pelo menos sempre foi isso. Então eu fico muito  
273 constrangida de estar aqui analisando uma matéria de que não tenhamos conhecimento, a  
274 não ser agora, aliás, eu nem recebi documento, faltou cópias, desculpe. Mas isso é uma  
275 sugestão que na próxima reunião, Sr. Secretário, isso não aconteça. **Mário Rangel:** como  
276 Presidente da CTPA queria reforçar a questão dos poços artesianos. Eu acho que o  
277 Secretário do Meio Ambiente tem que levar adiante esta preocupação nossa, dos comitês e  
278 da gestão de recursos hídricos. E por outro lado também a gente solicita que as secretarias  
279 informem o andamento dessa perfuração e quais poços são perfurados, pra não haver, de  
280 repente na mesma região perfuração, vai a secretaria um perfura um, secretaria dois perfura  
281 outro e assim a gente está realmente perfurando demais, são 200 poços aqui, 300 poços ali,  
282 400 ali, quando se vê a gente vai ter um paliteiro e a gente sabe que esse é um problema  
283 muito difícil. Outra coisa que eu queria colocar é assim: eu não sei se os outros presidentes  
284 receberam, se os comitês receberam a convocação pra reunião extraordinária hoje, eu  
285 recebi com os anexos, eu não sei se foi pra todo mundo, mas eu acho que foi enviado.  
286 Quem analisa isso é a CTPA e ela que traz essa informação pra levar aos senhores. **Diretor**  
287 **Marco Mendonça:** só pra esclarecer os conselheiros, nós fomos premidos pelo tempo, tanto  
288 que não é comum a CTPA fazer uma reunião extraordinária no mesmo dia que é feito uma  
289 reunião extraordinária do CRH. A última reunião da CTPA, que é uma instância que nós  
290 respeitamos e nós submetemos as apresentações das outras secretarias, foi feita hoje pela  
291 manhã. Então não havia como, a partir dessa reunião de hoje pela manhã, fazer a  
292 apresentação. De fato a falha nossa foi não ter conseguido reproduzir em tempo hábil pra  
293 distribuir para os senhores, mas seria um atropelo da nossa parte encaminhar essas  
294 propostas antes de discutir na CTPA e já chamar pra reunião do CRH. Por isso que elas não  
295 foram encaminhadas antes. **Presidente Helio Corbellini:** sobre essa questão dos poços, é  
296 evidente que não pode haver sombreamento e mais de uma secretaria furando, nós  
297 percebemos isso, quem faz gestão sabe. Em primeiro lugar, os processos de autorização é  
298 igual do Governo, não altera nada do que o do privado. Em segundo, o Governo sabendo  
299 disso ele está decidindo, fazendo reuniões lá na Secretaria Geral de Governo, para ver qual  
300 secretaria que vai perfurar os poços e aí ele vai normatizar. Assim você pode controlar.  
301 **Guilherme Barbosa:** no ano passado houve essa cobrança de que nós informássemos  
302 onde estava indo o dinheiro aqui do fundo. Corretamente. Nós em seguida começamos a  
303 fazer esse encaminhamento, a Heloísa me disse que estão aí os dados e eu quero me  
304 comprometer, inclusive, em enviar isso mês a mês. Tanto dos poços aonde nós furamos, a  
305 cidade e a comunidade, quanto dos convênios, quando eles forem sendo realizados. Na  
306 questão do ressarcimento, Paulo, já vi que o companheiro está absolutamente enganado,  
307 porque nós furamos exatamente onde a Corsan não está. A Corsan não cobra nada desse  
308 dinheiro, dessa água. As prefeituras normalmente montam nas comunidades rurais, que é  
309 uma preocupação da manutenção da qualidade inclusive, as chamadas sociedades hídricas,  
310 que é uma associação dos moradores que contribuem com um valor, em outros lugares tem  
311 hidrômetro, outros não, normalmente se estabelece um consumo com um valor fixo, partindo  
312 daí há um acréscimo em alguns lugares e fazem a manutenção daquele pequeno sistema. A  
313 prefeitura contrata um laboratório ou universidade que uma vez por mês coleta a água para  
314 análise. Então a Corsan não entra absolutamente nesse locais onde nós perfuramos. E  
315 como tem as perfuratrizes, os funcionários (uma parte dos caminhões é do Estado) e a  
316 Corsan é uma empresa, está ajudando o Estado a praticar um serviço que ela não vai  
317 cobrar depois, eu acho nada mais justo que haja um ressarcimento dos custos. **Diretor**  
318 **Paim:** Paulo, aquilo é um título e orçamento quanto mais abrangente tu conseguires, sem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 ser prolixo, melhor. Se precisa de um objeto e não está lá, não pode. Está claro hoje que o  
320 Rio Grande do Sul tem praticamente quatro modelos de gestão e operação dos sistemas de  
321 perímetros irrigados e não está claro pra esses módulos, tanto Taquarembó, Jaguari, quanto  
322 o São Sepé que está chegando, qual modelo vai ser usado. O Executivo Estadual precisará  
323 eventualmente ter recursos pra poder desenvolver algum tipo de estudo que permita tomar  
324 essa decisão. O mais emblemático de todos é aqui no Arroio Duro que é privada, são os  
325 próprios usuários, mas o Chasqueiro é público. Então há que se ter sim um título genérico,  
326 embora ali não esteja previsto nem um tostão pra isso, porque não vai dar tempo.  
327 Eventualmente, se nós precisarmos sacar recurso pra algum tipo de informação, subsidiar o  
328 Governo como um todo pra tomar essa decisão, tem que ter. Só a título de informação,  
329 porque eu não tenho nenhuma opinião de valor sobre isso, a SOP neste Governo não fura  
330 poço, nenhum tipo de poço. A única coisa que a Secretaria está fazendo e tem ali incutido  
331 naqueles títulos mais amplos é: construindo redes de água no espaço rural aonde tem um  
332 poço perfurado, tampado e a população não tem água. Mesmo assim é uma informação que  
333 poderia ser dada por qualquer um, quem é do Governo e frequenta o Palácio, que isso é um  
334 dos temas que esta sendo discutido, acertado, preparado uma decisão, que eu discordo que  
335 haja sombreamento, não há sombreamento de nada. O título "Furar poço" são várias  
336 secretarias que fazem, mas cada uma faz uma coisa e essas ações não se misturam, com  
337 todo respeito. E por fim, sai fora o Diretor, agora é só o Paulo Paim, vamos com calma em  
338 relação ao troço. Pega bem se fazer um discurso contra perfurar poços, só que as pessoas  
339 lá no interior, não aqui em Porto Alegre, não tem água. Quando Erechim fura poço na  
340 calçada é porque não tem água. Quero que quando se pensar nisso, se pense com calma. É  
341 preciso uma solução e é preciso também um ato gerencial, aí sim. Não dá pra sair metendo  
342 o pau assim. A pergunta que eu quero fazer, e agora volta o Diretor de Irrigação: os poços  
343 não são outorgados? Então, se são outorgados, sabemos onde estão os poços.

344 **Conselheiro Daniel Schmitz:** gostaria de colocar inicialmente uma justificativa da questão  
345 do processo de Encontro Estadual, por uma falha pra nós, no processo de construção e  
346 entendimento, de termos como já havíamos falado com o próprio secretário, termos um  
347 Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica no Rio Grande do Sul. É um pleito que  
348 já vem há dois anos e sempre entendemos que é chegado o momento de 2013 de termos  
349 novamente no Rio Grande do Sul todos os Comitês de Bacia Hidrográfica do Brasil se  
350 reunindo dentro do Estado que foi pioneiro na política de gestão de recursos hídricos. Da  
351 mesma forma, entendemos também que não cabe ao Rio Grande do Sul, fazer um encontro  
352 nacional simplesmente pelo fato de recebermos comitês do Brasil inteiro, e sim como um  
353 fato do processo de autoconhecimento e evolução do seu sistema. Esse autoconhecimento  
354 e evolução ele passa obrigatoriamente por um Encontro Estadual de Comitês de Bacia  
355 Hidrográfica, preparatório ao Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, do qual o  
356 Rio Grande do Sul com seus vinte e cinco Comitês de Bacia Hidrográfica, 100% do seu  
357 território hoje já implementado, já com suas políticas de recursos hídricos, com a  
358 participação da sociedade na gestão poderá discutir, conhecer o seu sistema de trabalho,  
359 sua forma de tomada de decisão e até sentir de que forma ele está evoluindo, no seu tempo  
360 talvez. Em muitos momentos a gente sempre achou que o nosso tempo é um tempo que  
361 poderia ter acontecido antes, contudo ainda há seu tempo dentro de um processo de  
362 maturidade do Estado, do Governo e da sociedade como um todo pra isso. Então o  
363 Encontro Estadual de Bacias Hidrográficas ele se faz essencial dentro desse processo e  
364 entendemos que ele é anterior, até pré-requisito para o Encontro Nacional, não  
365 simplesmente o Encontro Nacional pra o Estado receber o Brasil, mas sim o próprio Estado  
366 se conhecer quanto ao isso. **Presidente Helio Corbellini:** o encontro é esse ano? **Daniel**  
367 **Schmitz:** no início do ano que vem. Para quem está há mais tempo no CRH, nós vamos ter  
368 que novamente falar de um tema que nos incomoda, o tema do fundo de recursos hídricos;  
369 logicamente todos os anos nós conversamos sobre ele, porque é objeto de discussão e  
370 deliberação desse conselho, assim diz a regra da lei que regra o fundo de recursos hídricos.  
371 Contudo novamente nós continuamos com um problema que parecia que nós iríamos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 resolver. Passar por ele, porque o encaminhamento estava muito bem com relação a isso.  
373 Ter acesso, discussão prévia das rubricas para orçamento do fundo e isso nós ainda não  
374 conseguimos ter. Eu sei que nós temos um calendário que tem que ser obedecido, que  
375 precisa ser atendido pra que isso seja contemplado no orçamento do Estado como um todo.  
376 Contudo nós chegarmos numa reunião hoje, sem a informação pra tomada de decisão, sem  
377 o conhecimento, sem ter conversado, sem ter ouvido as rubricas, até sem ter entendido  
378 muitas elas. É, vamos dizer assim, muito ruim, muito pesado pra nós. Eu já estou há oito  
379 anos dentro do CRH e nós temos dificuldade com relação a este tema. Esse tema que às  
380 vezes dá vontade de dizer assim: pô, de novo! Nós fazemos isso. A construção com a  
381 Câmara Técnica, o trabalho que vinha sendo feito na Câmara Técnica, a sequência, que  
382 algumas pessoas trocaram de Câmara Técnica, a participação do DRH, da secretaria, para  
383 que a CTPA conseguisse destrinchar um pouquinho mais essas informações, é uma  
384 evolução muito importante, a gente reconhece isso. Contudo novamente na plenária do  
385 Conselho nós temos uma falha de informação, que pra nós, nós gostaríamos de não passar  
386 de novo por essa saia justa, esse constrangimento como a Leda também havia feito o  
387 comentário. Esse é o registro que eu gostaria de deixar, secretário, pra que a gente não  
388 fique desconfortável no processo de decisão, porque é importante que a gente faça e com  
389 alguns questionamentos claros. Nós vamos fazer lá que nem contrapartidas, a pergunta que  
390 fica, que eu não tenho resposta pra isso. Então vamos lá: Taquarembo, Jaguari, legal,  
391 vamos fazer, vamos lá: contrapartida pra concluir, fazer os canais; contrapartida de quem? É  
392 só do Governo do Estado? Pra quem usar a água? Os usuários entram com alguma  
393 contrapartida? Governo Federal entra como parte principal? Como fica isso? E como fica lá  
394 os outros produtores, eles entram com contrapartida, ou não? Se eles entram com  
395 contrapartida, lá no Taquarémbo entra também e a gente não tem essa visão. O recurso do  
396 fundo tem que ser usado, ele tem que girar esse processo como um todo, mas nós  
397 precisamos ter dominialidade desse processo, senão ele fica muito sem respostas.  
398 **Presidente Helio Corbellini:** está registrado, está em ata e eu acho que essa participação é  
399 saudável; as amarras burocráticas, sistemas de formação de orçamento às vezes é contra a  
400 nossa vontade. E, aliás, uma das coisas que demorou, não é justificativa, é exatamente  
401 porque ele estava absurdamente alto e nós tivemos que agir imediatamente pra equalizar no  
402 mínimo os parâmetros de cada secretaria e isso tudo atrasa. Mais alguma explicação,  
403 porque eu acho que isso não tem que explicar, está certo e quem decide é aqui e tal. Um dia  
404 o recurso estará sobre a égide desse conselho, não só nominal, cartorial, contabilmente,  
405 mas sim efetivamente, porque os recursos estão aonde? Estão no caixa único e se libera  
406 todo orçamento, vocês sabem. Então eu vou botar em votação com um destaque pro item  
407 do Encontro Estadual, a não ser que não concordem com aquilo que foi colocado, de no  
408 mínimo um percentual pra fazer o Encontro Estadual, é uma coisa lógica. Aprovado com  
409 uma abstenção. **Diretor Marco:** A CTPA promoveu um seminário com a CAGE, a respeito  
410 dos convênios de manutenção dos comitês de Bacia. E nós fizemos a partir daquele  
411 seminário, uma consulta a CAGE a respeito da possibilidade de que as parcelas  
412 intermediárias dos convênios de manutenção pudessem ser liberadas a partir do momento  
413 que fossem entregues as prestações de conta. Também consultamos a possibilidade de  
414 interromper os convênios em andamento que ainda vigoravam na regra antiga, pra que eles  
415 pudessem, enfim, ter um valor novo, etc. Nós recebemos esse informe da CAGE na semana  
416 passada e estamos passando aqui para os conselheiros, nós vamos notificar formalmente  
417 todos os comitês. A CAGE nos disse que é possível fazer a entrega, a liberação da parcela  
418 a partir da entrega da prestação completa das contas. Então aquele problema na  
419 administração dos comitês anual, que era aguardar julgamento da prestação de contas pra  
420 liberação do recurso não deve ocorrer mais, nós vamos fazer essa semana uma reunião  
421 interna, fazer uma instrução normativa, uma portaria lá dentro da SEMA pra disseminar isso  
422 e então isso é um problema a menos da parte do problema de execução da rubrica de  
423 convênios de manutenção dos comitês de bacia. E também a CAGE manifestou favorável a  
424 suspensão dos convênios de manutenção, pra se fazer na regra nova. Então foi uma





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 resposta positiva a ambas as indagações que nós fizemos. Nós vamos encaminhar de  
426 qualquer forma a Câmara Técnica, tem alguns outros parâmetros que precisam ser melhor  
427 trabalhados, como um formato novo de convênio, qual vai ser o objeto padrão, que foi o que  
428 a CAGE também pediu, uma definição melhor quanto a isso. Essa é uma notícia que  
429 gostaríamos de apresentar aos senhores conselheiros. Presidente Helio Corbellini encerrou  
430 a reunião e eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do CRH /RS,  
431 lavro esta ata.